



oito milhões, setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e nove centavos), com estimativa de desoneração de R\$ 4.000.788,27 (quatro milhões e setecentos e oitenta e oito reais e vinte e sete centavos), referente ao Processo nº 59700.000020/2013-69, localizado no endereço na Fazenda Santa Fé, Rodovia TO-010 km 20 s/n - Zona Rural, Pedro Afonso/TO, CEP 77.710-000, cujo titular é a empresa Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia S.A., registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com o Nº 09.067.572/0001-62, possibilitando ao seu titular, a partir da publicação desta portaria, requerer habilitação ou co-habilitação ao REIDI, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

GILBERTO OCCHI

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 62, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Buritis - RO.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Buritis - RO, no valor de R\$ 237.710,00 (duzentos e trinta e sete mil, setecentos e dez reais), para a execução de ações de Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.000374/2015-77.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 241, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 25ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de dezembro de 2014, nos Requerimentos de Anistia nº 2003.02.26076/2003.21.34702, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de ALCEBIADES DE MELLO CAMPBELL, filho de FIRMIANA NUNES MOREIRA, anular a Portaria Ministerial nº 2.402 de 20 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 2011, e conceder à IZABEL LOPES CAMPBELL, portadora do CPF nº 030.439.446-74, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em substituição à pensão por morte de anistiado político que recebe, no valor de R\$ 734,07 (setecentos e trinta e quatro reais e sete centavos), referente ao benefício do INSS sob NB 59/106.146.671-7, e a diferença de R\$ 2.265,93 (dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos), com efeitos financeiros retroativos a partir de 05.10.1988 a 27.08.1994, que perfaz o total de R\$ 173.683,53 (cento e setenta e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos) aos dependentes econômicos e sucessores, se houver, e efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 18.12.2014 a 28.08.1994, no valor total de R\$ 598.205,52 (quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos) a Izabel Lopes Campbell e demais dependentes, se houver, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 242, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 25ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de dezembro de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71048, resolve:

Declarar anistiado político EDSON SILVA COELHO, portador do CPF nº 012.083.478-29, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 2.541,00 (dois mil quinhentos e quarenta e um reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 18.12.2014 a 11.07.2007, perfazendo um total retroativo de R\$ 245.587,65 (duzentos e quarenta e cinco mil quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 14.05.1979 a 08.08.1985, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 243, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64903, resolve:

Declarar anistiado político FRANCISCO JOÃO BATISTA RIBEIRO, portador do CPF nº 831.532.508-63, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 3.049,50 (três mil, quarenta e nove reais e cinquenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 27.08.2004, perfazendo um total retroativo de R\$ 390.336,00 (trezentos e noventa mil, trezentos e trinta e seis reais), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 244, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de fevereiro de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69068, resolve:

Declarar anistiado político JORGE LUIZ DE SOUZA, portador do CPF nº 047.743.738-93, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 2.653,74 (dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.02.2014 a 29.03.2006, perfazendo um total retroativo de R\$ 271.035,31 (duzentos e setenta e um mil e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.08.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 245, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Três Passos/RS, no dia 14 de junho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66685, resolve:

Declarar anistiado político EUCLIDES ANATOLIO DOS SANTOS, portador do CPF nº 079.710.446-15, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R\$ 21.720,00 (vinte e um mil, setecentos e vinte reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 246, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de novembro de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68056, resolve:

Desprover o Recurso interposto por THEODORO DE LACERDA, portador do CPF nº 188.469.987-15, e indeferir o Requerimento de Anistia.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 247, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 11 de abril de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64157, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" RUBENS ESTEVES DA SILVA, filho de MARIA ESTEVES DA SILVA, e indeferir o pedido de reparação econômica formulado por CLAUDIANO RAYMUNDO DO CARMO SILVA, portador do CPF nº 064.820.747-15, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 248, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de São Paulo/SP, no dia 04 de abril de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67656, resolve:

Declarar anistiada política KATIA ELISA PINTO, portadora do CPF nº 077.904.748-63, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 249, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma Especial, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64188, resolve:

Declarar anistiado político CARLOS RAIMUNDO, portador do CPF nº 375.056.888-04, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 1.762,90 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 09.07.2014, perfazendo um total retroativo de R\$ 228.765,66 (duzentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 25.02.1987, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 250, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão Plenária da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Bauri/SP, no dia 19 de abril de 2012, e o Despacho da Vice-Presidente da Comissão de Anistia, de 24 de janeiro de 2014, nos Requerimentos de Anistia nº 2008.01.61253 e 2007.01.60007, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 814, de 28 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2014, para declarar anistiado político "post mortem" DINIZ CABRAL FILHO, filho de MARIA SIQUEIRA CABRAL, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 3.974,91 (três mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 19.04.2012 a 12.11.2002, perfazendo um total retroativo de R\$ 487.522,71 (quatrocentos e oitenta e sete mil, qui-